

O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ E A FORMAÇÃO DOS/AS TRABALHADORES/AS NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

THE FEDERAL INSTITUTE OF PARANÁ AND THE TRAINING OF/THE WORKERS FROM THE PERSPECTIVE OF THE SOLIDARITY ECONOMY

Claudia da Silva Ribeiro¹

Adriano Willian da Silva Viana Pereira²

Resumo: O presente trabalho analisa a relação entre a necessidade de formação enquanto demanda da economia solidária e a oferta de educação profissional do Instituto Federal do Paraná (IFPR), ressaltando a centralidade da categoria trabalho, na perspectiva histórica e ontológica, onde o trabalho é compreendido como princípio educativo. A educação é uma estratégia de desenvolvimento para a ES, e para alcançar esse objetivo as instituições públicas de ensino exerce papel preponderante na promoção de processos formativos. Os dados analisados foram coletados por meio de um questionário eletrônico com nove gestores do IFPR, além de dados oficiais do IFPR obtidos a partir da Plataforma COPE e Plataforma Stelaexperta. A pesquisa mapeou 45 ações de ES no IFPR, entre os anos de 2003 e 2020, 1 (um) curso Formação Inicial e Continuada (FIC) e concluiu que a concepção de educação tecnológica dos Institutos Federais (IF's), especialmente a formação humana integral e o trabalho como princípio educativo, apresenta semelhanças relevantes com o projeto de sociedade reivindicado pelo Movimento de Economia Solidária. No entanto, constatou-se a inexpressividade de ações educacionais do IFPR a partir da perspectiva do trabalho associado e dos empreendimentos econômicos solidários, contrapondo o fato de que as instituições públicas têm papel importante na formação desses trabalhadores.

Palavras-chave: Trabalho. Formação de trabalhadores. Economia Solidaria.

Abstract: This paper analyzes the relationship between the need for training as a demand of the solidarity economy and the offer of professional education by the Federal Institute of Paraná (IFPR), highlighting the centrality of the category of work, in the historical and ontological perspective, where work is understood as educational principle. The analyzed data were collected through an electronic questionnaire with 9 (nine) IFPR managers, in addition to official IFPR data obtained from COPE Platform and Stelaexperta Platform. The research mapped 45 HE actions at the IFPR, between 2003 and 2020, 1 (one) Initial and Continuing Training (FIC) course and it was concluded that the concept of technological education of the Federal Institutes (IF's), especially training human rights and work as an educational principle, presents relevant similarities with the project of society claimed by the Solidarity Economy Movement. However, the inexpressiveness of the IFPR's educational actions was found from the perspective of associated work and solidary economic enterprises, however, opposing the fact that public institutions play an important role in the training of these workers.

Keywords: Work. Workers' training. Education. Solidary economy.

¹ Bacharel em Psicologia pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras (FACEL). Especialização em Gestão Pública com Ênfase em: Sistema Único da Assistência Social Universidade Estadual de Ponta Grossa – Paraná (UEPG). Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), Instituto Federal do Paraná (IFPR) – Campus Curitiba. E-mail: claudiapsico76@gmail.com. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9332056689848524>.

² Doutor em Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor de Física e Diretor-Geral do Campus Curitiba - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). E-mail: adriano.silva@ifpr.edu.br. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2889824084193273>.

1 INTRODUÇÃO

Tratar de um tema ligado a luta dos trabalhadores é um desafio em qualquer ocasião, ainda mais num contexto de crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002), onde o direito dos trabalhadores sofre constantes ameaças e o próprio movimento operário enfrenta um esvaziamento (GRABOWSKI & KUENZER, 2016).

A centralidade do trabalho na vida dos seres humanos é inegável, e é a partir da adoção dessa perspectiva que partimos para buscar compreender o tema da Economia Solidária. Neste sentido, o trabalho é tomado como categoria fundamental da vida humana, deixando de ser somente atividade econômica que se resume ao processo de compra e venda da força produtiva do homem, para adquirir um estatuto ontológico, por criar um tipo de ser diferente do natural. Essa perspectiva adota o trabalho enquanto atividade inerente ao ser humano, sendo um modelo da práxis social (LUCKÁS, 2013).

No capitalismo onde a força de trabalho é a mercadoria, o emprego configura-se como sinônimo de trabalho. O emprego na perspectiva da realidade brasileira, (marcada pelo capitalismo dependente e subdesenvolvido, FLORESTAN FERNADES, 1976), está aliado ao escravagismo e colonialismo, onde o pleno emprego não se efetivou colaborando para a exclusão social e relações de trabalho mais fragilizadas. É importante lutar pela efetivação e manutenção dos direitos trabalhistas, mas também é indispensável fazer e lutar pela auto-organização, pelo trabalho autogerido, emancipado e comprometido socialmente.

Na trajetória da humanidade existiram múltiplas formas de trabalho, muitas dessas formas como o trabalho cooperativo e/o associado coletivo persistem e disputam na atualidade, espaço com outras formas de trabalho, a Economia Solidária (ES) é uma dessas formas de trabalho.

A Economia Solidária (ES) recebe vários nomes, entre eles economia social, socioeconomia solidária, economia do trabalho, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão, são alguns nomes usados para descrever uma nova forma de produzir e acumular riquezas (SOUZA, 2003); (CATTANI, 2009) e (LISBOA, 2005), e que se faz presente em vários países (SANTOS & HESPANHA, 2009) e (YUNES, 2010). Para fins deste estudo adotaremos a nomenclatura “Economia Solidária” por ser um estudo voltado ao processo formativo cujas diretrizes são da Política Nacional de Economia Solidária (PNES), que utiliza essa nomenclatura.

A educação escolar é parte do processo educativo que surgiu com o desenvolvimento da sociabilidade, em que as diferenciações sociais passaram a distinguir a posição social com base no trabalho, onde trabalhadores que exercem funções manuais passam a ser diferenciados daqueles que tomam as decisões.

Neste contexto, a educação passa a absorver o processo de divisão social do trabalho, onde o mesmo é caracterizado como o de tornar concreto aquilo que outros pensam, e os que pensam são os intelectuais. Essa diferenciação foi denominada de dualidade educacional, a qual se faz presente e sustenta a estrutura de classes (RAMOS,2005); (MOURA, 2007). É na dualidade que se encontra os fundamentos da tese do papel social da educação como complexo fundado a partir do trabalho.

A educação tem como seu objetivo, inserir o ser humano como participante da vida que surge a partir do trabalho. Assim, a compreensão do trabalho no sentido histórico e ontológico é indispensável para a oferta de uma educação que visa desenvolver o ser humano em todas as suas dimensões (CIAVATTA, 2014); (SAVIANI, 2007).

A ES nasce dos ideais de se criar uma “alternativa econômica” que inclui novas formas de produzir e acumular, isto é, uma outra economia que se contrapõe à lógica capitalista. O Projeto de Lei 4685/2012 em seu Art. 2 define a Economia Solidária como:

atividades de organização da produção e da comercialização de bens e de serviços, da distribuição, do consumo e do crédito, tendo por base os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade, a gestão democrática e participativa, a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, o respeito aos ecossistemas, a preservação do meio ambiente, a valorização do ser humano, do trabalho, da cultura, com o estabelecimento de relações igualitárias entre diferentes (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, para a construção de uma outra economia baseada em princípios e valores que são antagônicos aos preconizados pela economia capitalista, é inegável a necessidade de mudanças nas formas de produzir e reproduzir não apenas o material, mas também a nossa própria existência (GADOTTI, 2009), e para que transformações subjetivas como essas ocorram, o processo educativo é indispensável.

A Economia Solidária exige uma educação que transforme a mentalidade cultural dominante de competição, para a construção do espírito de cooperação, além do desenvolvimento de uma matriz científica e tecnológica comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário (OLIVEIRA & PAIVA, 2016, p. 36).

Pensando na importância que a educação enquanto ferramenta de intervenção tem para a transformação das pessoas, e como nos lembra Paulo Freire (1987), são

as pessoas transformadas que mudam o mundo, é que desde os primeiros passos para a organização em torno da construção de um projeto de ES, na I Plenária, realizada na cidade de São Paulo, no ano de 2003, que o Movimento de Economia Solidária (MES) manifestou sua preocupação com o ensino e a aprendizagem dos princípios sob os quais a ES se firma, desde então, esse olhar para o papel da educação ficou evidenciado nas normativas que embasam a Política Nacional de Economia Solidária.

Assim, a educação é uma estratégia de desenvolvimento para a ES, e para alcançar esse objetivo as instituições públicas de ensino exercem papel importante na consolidação dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs), que podem se dar por meio de incubação para projetos de EESs, ou pela assessoria, ou pela ministração de cursos e oficinas específicas, entre outras maneiras. Neste sentido, este artigo tem o objetivo de conhecer como esse papel vem sendo desenvolvido em uma instituição de ensino pública, para isso buscamos conhecer as ações de ES realizadas pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR).

1.1 Resistência e luta nas contradições do capital

Percas do emprego na Primeira Revolução Industrial, fizeram com que as cooperativas fossem vistas como alternativas ao enfrentamento dessa realidade (CORNELIAN, 2006); (SINGER, 2002).

Para Santos (2002), no contexto atual de avanço do neoliberalismo e globalização da economia, somadas às lutas que motivaram a criação das cooperativas como resposta ao agravamento da pobreza, (a destruição ambiental e da biodiversidade e o declínio das políticas públicas), uma proposta possível para o enfrentamento dessa realidade, sendo também uma forma de resistência, é a organização do trabalho associado e/ou cooperado e globalizado.

[...] com a globalização neoliberal, e em grande medida por reação a ela, está emergindo uma outra globalização, construída pelas redes e alianças transfronteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais e nacionais que nos diferentes campos do globo se mobilizam para lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a destruição ambiental e da biodiversidade, o desemprego, a contra-reforma agrária[...] (SANTOS, 2002, s/p).

O embrião da ES no Brasil é encontrado no conjunto de experiências que ocorrem nos anos 80, com iniciativas de caráter coletivo, com o objetivo de gerar trabalho e renda, as quais estavam vinculadas a movimentos sociais. É no contexto de redemocratização do país e de profunda crise econômica (SINGER, 2002);

(ICAZA, 2018), que os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) são organizados e recebem o financiamento da Igreja Católica. Os PACs por se mostrarem experiências exitosas cresceram, se firmaram, e serviram de base para a construção da ES no Brasil (BERTUCCI & SILVA, 2003); (SILVA, 2010).

No entanto, é a partir dos anos de 1990 que as organizações que vinham dos anos 80 começam a organização política e a construção do campo que posteriormente veio a ser denominado de ES (ICAZA, 2018).

A organização política da ES começa a ser projetada no Fórum Social Mundial em 2001, onde os atores perceberam que havia muita iniciativa pelo país. Entretanto, funcionavam como ações individuais, neste momento há a percepção de que os movimentos sociais presentes no trabalho associado e/ou cooperado poderiam se unir em torno de uma bandeira. Com essa união, constroem uma agenda em torno do tema, e na sequência apresentam a proposta de um outro modelo de desenvolvimento econômico (FBES, 2006).

Pelo fato de aglutinar vários movimentos sociais e, portanto, muitas bandeiras de lutas, além de abranger uma gama de atividades econômicas, definir o que é a ES não é uma tarefa fácil. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) a conceitua como:

O conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária [...]. Em relação a elas destacam-se quatro características: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade (BRASIL, 2006. p. 11).

De forma muito simplificada podemos dizer que a ES é fruto da possibilidade de reunião do uso dos meios de produção e da socialização desses meios. Para Singer (2002, p. 10), “a economia solidária é um outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada ao capital e o direito à liberdade individual”. Essa afirmação gerou muito debate ao longo das últimas décadas.

Para este importante pensador e militante da ES, no que tange aos princípios básicos, (entre eles, os meios de produção coletivos ou associados), aliada a liberdade individual que resulta dessa relação, abre-se um caminho para mudar os meios de produção por dentro, ou seja, transformar o capitalismo em outra coisa.

Para Singer (2002); França Filho (2004); Gaiger (2008), entre outros pensadores há um modo solidário de produção, que estes e outros estudiosos nominaram de ES, com potencial de superação do capitalismo, porque na visão desses pensadores, a ES guarda os elementos da unidade entre posse e uso, e utiliza

a coletivização desses meios de produção, deixando de existir a venda da força de trabalho.

1.2 Economia Solidária: um movimento pelo direito ao trabalho associado ou organizado coletivamente

A ES é compreendida no Brasil como um movimento social de resistência as consequências do modo de produção capitalista (SINGER, 2003); (TIRIBA 2001): (ANDRADA & ESTEVES, 2017), por reunir vários movimentos de trabalhadores, e isso só é possível porque a ES compreende o trabalho como meio e não fim em si mesmo.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) exerce um papel preponderante no debate e organização de uma rede que converge lutas.

É preciso caracterizar a economia solidária como um movimento de segundo grau, que atrai, põe em rede, e aglutina, trabalhadores/as de outros movimentos sociais, com reivindicações e processos organizativos próprios: trabalhadores assentados da reforma agrária, atingidos por barragens, pescadores ribeirinhos, agricultores familiares, trabalhadores de fábricas recuperadas, catadores de resíduos urbanos, artesãos, artistas de rua, usuários de serviço de Saúde Mental, membros de comunidades tradicionais se encontraram e, de alguma forma, amalgamaram suas lutas na economia solidária (ANDRADA & ESTEVES, 2017, p. 177).

Os autores caracterizam a ES como um movimento de segundo grau que coloca em rede os trabalhadores de diferentes movimentos sociais e que torna a ES um campo complexo e diverso que abrange um conjunto de atividades de produção, distribuição e consumo, organizados sob a forma de autogestão. E que se apresenta no contexto brasileiro, como um movimento social firmado nos modos de produção solidária, autogestionária, democrática e socialmente comprometida, onde a dimensão dos valores vigora. É a presença destes princípios no funcionamento das organizações que caracteriza um empreendimento como solidário ou não.

1.3 Os Institutos Federais: concepções, princípios e diretrizes

Ciavatta (2005) e Ciavatta e Ramos (2012), traz uma importante reflexão sobre a historicidade da escola, as autoras defendem que a não observação do passado implica na perda da visão de totalidade e do sentimento continuidade. Defendem que o conhecimento da própria história é um pré-requisito para que a escola coloque em prática seus objetivos educacionais e firme sua identidade.

Neste sentido, conhecer a história ajuda a preservar, mas se tomarmos a afirmação como verdadeira, o oposto a ela, ou seja, o desconhecimento, então, é uma ameaça a sobrevivência dos objetivos educacionais traçados para ela e impede a apropriação de sua identidade.

Em se tratando dos Institutos Federais, a falta de conhecimento de sua especificidade, originalidade e missão, pode ser uma ameaça a sua continuidade nos moldes como foi concebido. Por outro lado, o conhecimento da concepção dos IF's garante a sua sobrevivência, ou seja, é na afirmação dos princípios políticos pedagógicos dos IF's que se encontra a garantia de sua sobrevivência (PACHECO, 2020).

O IF nasce com uma proposta inovadora, com uma originalidade em seu modelo de ofertar educação, não é universidade e não é uma escola técnica, existe, portanto, uma outra institucionalidade, de uma escola que se propõe a romper com a hierarquização dos saberes.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram concebidos para quebrar essa hierarquia e romper com essa estratificação. Significa dizer, que os Institutos Federais não são uma escola técnica e, também, não são uma universidade, pois, se caracterizam pela matriz marxista da indissociabilidade entre os compromissos de ordem técnica, prática e compreensão teórica (PACHECO, 2015. p.45).

A proposta de ser uma instituição que trabalha de forma verticalizada, abrangendo desde a formação inicial, em alguns casos, até o mestrado e doutorado, utilizando os mesmos princípios pedagógicos para todos os níveis educacional é inovadora.

[...] verticalidade, atuando em todos os níveis de ensino; a certificação de saberes não formais, rompendo com a hierarquia de saberes e o academicismo; a formação de professores em uma instituição técnica/tecnológica; a capilaridade e a adequação aos arranjos produtivos; e o compromisso com as políticas públicas (PACHECO, 2015. p.12).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's) foram instituídos pela Lei nº 11. 892 de 29 de dezembro de 2008. A lei também traz originalidade ao criar o conceito de trabalho em rede (BRASIL, 2018).

Antes da criação dos IF's, a Rede Federal, era composta pelos Centros de Educação Tecnológica (CEFET's), as Escolas Técnicas vinculadas as Universidades Federais e as Escolas Técnicas Agrícolas. Porém, na prática, a rede era somente uma expressão, pois cada instituição atuava separadamente. É através da Lei nº 11. 892/2008 que a rede de educação federal é criada e efetivamente começa a funcionar.

Os fundamentos estruturantes da proposta político-pedagógica dos IF's de acordo com (BRASIL, 2010); (PACHECO, 2010); PACHECO, 2015), inclui:

Verticalidade: essa dimensão extrapola a oferta de cursos em vários níveis simultaneamente, mas, principalmente se relaciona com a organização de currículos que permitem ao educando estabelecer itinerários formativos de forma progressiva e o diálogo entre modalidades.

Transversalidade: se dá via tecnologia, pois é a tecnologia o elemento que perpassa os diversos cursos. “A tecnologia é o elemento transversal presente no ensino, na pesquisa e na extensão, configurando-se como uma dimensão que ultrapassa os limites das simples aplicações técnicas” [...] (Pacheco, 2015, p. 21). Permite a convivência entre os diferentes níveis de ensino, onde diferentes níveis de ensino compartilham conhecimento, espaços, isso permite trocas.

Territorialidade: é o compromisso com seu território, inserção na comunidade é o extrapolar dos limites da construção predial, é se inserir, adentrar o território. Quando se trata de sobrevivência dos IF's a territorialidade tem um papel muito importante, pois é o apoio da comunidade que garante sua permanência.

Com base nesses fundamentos estruturantes é foram constituídos os princípios pedagógicos dos IF's, em que se propõe um projeto educacional que integre formação geral, as chamadas humanidades e a uma formação profissional científica e tecnológica rompendo com a lógica de reprodução dualista.

Formação humana integral: essa dimensão visa superar a dicotomia entre trabalho manual/ trabalho intelectual, ou seja, o homem historicamente cindido pela divisão social do trabalho, visa garantir ao educando uma formação completa que o habilite a ler o mundo e a participar dele como cidadão/a, isto é, incorporar o trabalho intelectual ao trabalho produtivo (BRASIL. MEC/SETEC, 2007, p. 41).

Trabalho como princípio educativo: significa compreender a indissociabilidade entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura para a formação humana. Equivale afirmar que o homem é sujeito da própria história e de sua realidade, é uma [...] “formação baseada no processo histórico e ontológico de produção da existência humana,

em que a produção do conhecimento científico é uma dimensão[...] (RAMOS, 2005, s/p).

Trabalho, ciência, tecnologia e cultura, o trabalho nessa perspectiva é central na vida dos seres humanos, pois é através do trabalho que nos tornamos humanos, criando instrumentos tecnológicos para prover a própria sobrevivência. (BRASIL. MEC/SETEC, 2007, p. 43).

O educando como produtor de conhecimento, o educando constrói o seu próprio conhecimento, seja através da prática social dele, ou no laboratório, ou por meio do desenvolvimento de projetos. (PACHECO, 2010).

Cidadania, para suprir a necessidade de trabalhadores qualificados com a revolução técnico-científica, o capitalismo permite aos trabalhadores qualificação, mas essa qualificação se restringe a um “treinamento de competências” (PACHECO, 2015, p. 31). Uma educação cidadã permite ao educando “leituras do mundo”, no sentido freireano, a educação nessa perspectiva, é instrumento de libertação.

2. MÉTODO

A pesquisa foi realizada junto aos gestores do IFPR e englobou representantes de (3) três pró-reitorias, 4 (quatro) diretorias da área de ensino, 3 (três) diretores de campus e 3 (três) de ensino, pesquisa e extensão das cidades de Curitiba, Paranaguá e Colombo, totalizando 13 pessoas no exercício da função de gestão.

Foram encaminhados e-mail convite para os Pro-reitores da Pro-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN), Pro-Reitoria de Ensino (PROENS) e Pro-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação (PROEPPI). Para os (as) diretoras (es) das áreas de ensino, diretor de desenvolvimento Institucional, diretora de arte, extensão e cultura, diretora de ensino superior, diretora de ensino médio técnico. E para as (os) diretoras (es) de extensão, pesquisa e inovação e diretoras (es) de ensino dos campus de Curitiba, Paranaguá e Colombo.

O e-mail convite continha a apresentação dos pesquisadores e uma breve explanação dos objetivos da pesquisa, juntamente com um resumo sobre o que é ES, solicitava a participação do gestor na

pesquisa por meio da resposta ao questionário da plataforma Google Forms presente no link de acesso encaminhado no corpo do e-mail. Responderam ao questionário 9 gestores entre os dias 04 de fevereiro de 2021 a 22 de março de 2021.

Foram eixos norteadores para o questionário: o conhecimento pessoal em ES, a existência de processos de inserção do tema, o papel da Reitoria no processo, a visão de educação e as ações de ES sob a gestão do participante. Buscou-se saber mais sobre o conhecimento dos gestores sobre as ações de ES desenvolvidas no IFPR.

Após a coleta dos dados, prosseguimos com a análise dos mesmos. Para tal tarefa, recorre-se a Análise do Conteúdo (AC). Primeiro foi realizada uma leitura geral das respostas apresentadas, em seguida a exploração do material com a finalidade de construir categorias de análise. Posteriormente foi realizado o recorte do material em unidades de registros agrupados por categorias. Ao final foram realizadas as comparações e inferências entre dados coletados e referencial teórico.

Para Bardin (2016), a análise de conteúdo (AC) pode ser definida como um conjunto de técnicas que tem como objetivo principal a análise das comunicações, e para isso, a AC utiliza procedimentos sistemáticos de descrição de conteúdo presentes nas mensagens.

Assim, a AC busca aprofundar a compreensão, voltando o seu olhar para aquilo que está por trás da mensagem expressa. Essa metodologia de tratamento de dados qualitativos só é possível mediante descrição objetiva e sistemática dos dados coletados.

De acordo com Bardin (2016), a AC é composta por 3 (três) etapas fundamentais, as quais possuem sub etapas: A primeira, denominada de pré-análise, é onde o material a ser analisado é organizado, com o objetivo de torná-lo mais operacional. Essa etapa se divide em quatro outras etapas e dessas são extraídos elementos importantes, tais como os temas eixo, personagens e contexto.

Na segunda etapa temos a exploração do material, composta pela codificação e categorização do material. A codificação é a desmontagem dos dados em categorias de análise, e após a codificação é realizada a categorização, que no nosso caso, seguiu os critérios semântico, léxico e expressivo.

O tratamento dos resultados compõe a terceira e última etapa da AC. Neste momento são realizadas inferências e interpretações por meio de conteúdos

captados, permitindo que as categorias extraídas dialoguem com a revisão de literatura e colabore na compreensão e discussão dos resultados da pesquisa.

3. Resultados e discussões

Os dados coletados na pesquisa de campo fazem parte da dissertação de mestrado intitulada “A Economia Solidária no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT): Experiência (s) do Instituto Federal do Paraná (IFPR).

Para a exploração e discussão dos dados coletados, inicialmente foi realizada a transcrição das respostas, e a partir das respostas buscou-se identificar categorias analíticas. O método utilizado para realizar a leitura dos dados coletados é a Análise de Conteúdo (AC) proposta por Bardin (2016), sendo o processo de análise indutivo e a pesquisa qualitativa.

O quadro abaixo traz as respostas apresentadas para as perguntas 4 (quatro), 5 (cinco) e 6 (seis) do questionário encaminhado para os gestores. O questionário pode ser visualizado na íntegra na dissertação intitulada como: “A Economia Solidária no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT): Experiência (s) do Instituto Federal do Paraná (IFPR)”, sendo que a escolha dessas questões se deve ao fato de que elas dão origem as categorias que serão analisadas, sendo elas, a categoria visão de educação e a categoria ações de ES desenvolvidas no IFPR.

Ao eleger essas categorias de análise neste artigo, busca-se:

colocar em debate o tema da ES e a oferta de educação pública e de qualidade para os trabalhadores na perspectiva do trabalho cooperado e/ou associado;
refletir sobre a visão de educação preconizada pelos IF's;
ressaltar a importância da clareza da visão de educação para a gestão e como ela colabora para o desempenho de seu papel como gestor;
destacar a relevância de uma gestão que assuma o protagonismo no papel de implementar ações de ES.

A seguir apresentamos um quadro contendo as respostas apresentadas pelos participantes para as questões 4 (quatro), 5 (cinco) e 6 (seis) do questionário.

Quadro 1

Respostas apresentadas pelos participantes as questões 4, 5 e 6

4) Qual a visão de educação presente nas ações de Economia	(R1) Como mencionado, as ações se dão localmente, por meio de alguns projetos desenvolvidos diretamente pelos campi.
	(R2) O IFPR tem como opção político-pedagógica a educação progressista, especificamente a Pedagogia Histórico-Crítica, que deve estar presente em todas as suas ações.

Solidária sob sua gestão?	(R3) Não respondeu
	(R4) Não promove ações de economia solidária de forma objetiva.
	(R5) Autonomia, dialogicidade, troca de saberes, valorização do conhecimento tradicional/popular. Educação para a liberdade e para a equidade.
	(R6) Reiterando o exposto na questão 2), não temos ações sistematicamente realizadas em Economia Solidária em nosso Campus. A visão de educação que fundamenta as atividades que temos seguem princípios de formação para uma autonomia social e financeira, com base no cooperativismo e na organização comunitária.
	(R7) A visão de educação tecnológica e profissional presente nas ações de Economia Solidária é de uma sociedade cooperativa e não competitiva, num viés de crítica ao modelo de exploração do capital humano. Está relacionada com a concepção de educação transformadora, que busca a autonomia das pessoas, a partir da participação nas decisões, dos processos metodológicos de autogestão, ou seja, é uma educação que tem a formação como um processo ético e político, que forma as pessoas para o bem comum.
	(R8) Não respondeu (R9) Não entendi a pergunta.
5) Quais ações de Economia Solidária foram ou estão sendo desenvolvidas sob sua gestão?	(R1) Os projetos em andamento podem ser verificados em https://cope.ifpr.edu.br/transparencia.php
	(R2) Não temos ações formais fomentadas pela Reitoria.
	(R3) Através de ações pedagógicas incentivadoras e que propõe a discussão sobre o assunto.
	(R4) Não há ações objetivas.
	(R5) Feiras/exposições com produtos/produtores artesanais em eventos institucionais.
	(R6) Em nosso Campus temos algumas ações pontuais e intermitentes, em geral vinculadas aos projetos de agroecologia e às atividades do eixo EJA/EPT. Estamos em fase de organização de uma incubadora no Campus planejada junto ao NIT, que deve servir de suporte também para ações de economia solidária.
	(R7) As principais ações são: As ações de formação e capacitação dos servidores no que tange os princípios e finalidades da educação tecnológica e profissional, no que concerne às ações de ensino, seus objetivos e finalidades integradas à concepção e identidade da rede federal; As ações de acompanhamento de criação de cursos técnicos, FIC, EJA/EPT, de acordo com os princípios já citados; As ações de gestão democráticas, a partir de coletivos pedagógicos para a tomada de decisões e ações; As ações de produção de indicadores que têm como enfoque o olhar dos estudantes sobre a instituição, como o Observatório da Convivência; A atualização de documentos e regulamentos que garantam os princípios citados e ampliem direitos aos cidadãos.
	(R8) Sugiro duas fontes de consulta, acesse a plataforma stelaexperta-ifpr (online e aberta para pesquisa - https://www.stelaexperta.com.br/ifpr), existem 129 projetos de servidores do IFPR que abordam esse tema. Outra fonte de pesquisa (projetos ativos no COPE, existem pelo menos 2) está disponível no portal transparência do Sicope, acesse: https://cope.ifpr.edu.br/transparencia.php
	(R9) Dentro da perspectiva de minimizar os impactos ambientais, temos buscado reduzir a utilização de fotocópias e diminuir o consumo de energia elétrica com a utilização de luminárias mais econômicas.
6) Quais as	(R1) Todas elas são importantes, uma vez que possibilitam ao discente

ações de Economia Solidária promovidas pelo IFPR você considera como mais relevantes para a formação discente? Por quê?	a aprendizagem, tanto teórica quanto prática, sobre a economia solidária. Há também de se destacar o impacto na comunidade envolvida nas ações.
	(R2) É primordial que o conceito seja problematizado para ser conhecido e apropriado pelos estudantes.
	(R3) A promoção de cursos com certificação que tratam de economia solidária
	(R4) A redução do uso de recursos (PLS), água, energia, copos plásticos, etc. Isso promove a conscientização desde a escola da necessidade de preservação dos recursos finitos.
	(R5) Eventos com a temática, exposição de produtos nas dependências da Instituição com preço justo para ambos. Vivências com os produtores e os estudantes, para perceberem os saberes, a cultura que está envolvida naquela produção Isto sensibiliza e amplia as percepções de mundo dos estudantes.
	(R6) Excetuando-se os cursos diretamente voltados à formação discente em Economia Solidária já ofertados pelo IFPR como um todo, as ações que conhecemos e desenvolvemos em nosso Campus costumam estar atreladas a projetos de extensão, como "Litoral Agroecológico". A atuação discente como colaboradores nestes projetos é fundamental para a compreensão dos principais aspectos de uma economia solidária.
	(R7) O que considero relevante são, principalmente, dois princípios: O da formação humana e integral para o desenvolvimento da EPT, porque está fundamentado na concepção ética e política de uma sociedade justa, a partir do acesso e democratização do conhecimento, cultura, ciência e do trabalho/tecnologia, capaz de proporcionar condições igualitárias de condições de vida às pessoas. Assim como o princípio da gestão democrática, porque considera a diversidade e a pluralidade de concepções.
	(R8) Não respondeu
	(R9) Acredito que o projeto que está sendo idealizado para utilização de um sistema de energia solar fotovoltaica nos campi, será uma grande fonte de aprendizado para nossos discentes. Pois com esse tipo de geração de energia elétrica minimiza-se os impactos ambientais que são causadas pelas outras formas de geração de energia elétrica, quais sejam: Queima de combustível em termoelétricas, alagamento de grandes áreas para hidroelétricas e ainda as usinas nucleares que produzem muito "lixo radioativo", que podem contaminar o meio ambiente e, conseqüentemente, os seres vivos de forma drástica.

Fonte: A autora (2021)

Para a exploração do material, foi realizada a desmontagem do texto em categorias de análise, construídas as codificações, e realizado os recortes de texto em unidades de registro, definiu-se as regras da contagem e de frequência e o agrupamento para a formação de categorias.

Posteriormente os textos foram recortados em unidades de registro e nelas foram encontrados os elementos chave para realizar a primeira categorização. As primeiras categorias foram reagrupadas por temas, resultando em novas categorias mais abrangentes, para fins de análise neste texto serão tomadas 2 (duas) categorias, por considerar que elas cumprem com o objetivo proposto para esta pesquisa.

No quadro 2 apresentamos as categorias finais e a frequência das respostas apresentadas para cada categoria.

Quadro 2
Categorias finais e frequência de ocorrência

Categorias Finais	Frequência
I) Visão de Educação: A percepção dos gestores	7
II) Ações de Economia Solidária desenvolvidas no Instituto Federal do Paraná.	5

Fonte: A autora (2021)

3.1 A percepção dos gestores do IFPR sobre Economia Solidária

A primeira categoria a ser analisada é visão de educação. Quando falamos de visão educacional, estamos nos referindo a percepção que os gestores têm da educação que se almeja ofertar. Os documentos normativos (BRASIL, 2008) e (BRASÍLIA, 2010) expressam a visão educacional dos IF's, e (BRASIL/SENAES, 2012); (BRASÍLIA, 2012); (CONAES, 2014), orientam a respeito da educação/formação em ES.

A concepção educacional que fala da necessidade de desenvolver o ser humano em todas as suas dimensões e que se propõe a construir um projeto alternativo de educação e de sociedade, recebe várias nomenclaturas, entre elas educação omnilateral, tecnológica, politécnica e humano integral. Ambas buscam disponibilizar aos educandos a educação mais ampla possível que alcance as dimensões ético-política, teórico-prática, epistemológica, filosófica e artística. A questão divergente quanto ao uso do termo pode ser aprofundada em Manacorda (1991) e Nosella (2007), para fins de análise desse artigo será utilizado o termo educação humana integral baseado em Moura, Lima Filho, Silva (2015).

A gênese para uma educação mais ampla possível está em Marx (1982) quando nas *Instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório da Associação Internacional dos trabalhadores*, ele afirma que a educação destinada a classe trabalhadora deve compreender "...Educação mental [intelectual], ...educação física e ... instrução tecnológica, que transmite os princípios gerais de todos os processos de produção e simultaneamente, inicia a criança e o jovem no uso prático e manejo dos instrumentos elementares de todos os ofícios" (MOURA, LIMA FILHO E SILVA, 2015, p. 1060).

De acordo com Moura, Lima Filho, Silva (2015) e Nosella (2007), para Marx, a educação deve possibilitar ao homem dominar os processos de produção e dominar também os processos de conhecimento, ao sinalizar a necessidade de uma educação que contemple as dimensões intelectual (mente), física e tecnológica, ele está apontando para uma formação integral do ser humano.

As ideias de educação defendidas por Antônio Gramsci (2004), apoiadas no pensamento de Marx, se baseia no princípio educativo do trabalho, ou seja, educação como um processo que engloba o trabalho, a ciência e a cultura. Fala de uma escola unitária, de formação omnilateral, isto é, uma formação mais completa possível, que nessa escola o jovem possa receber uma formação geral, sem precisar decidir profissionalmente, e posteriormente ele faça sua escolha profissional.

(R7) “O que considero relevante são, principalmente, dois princípios: O da formação humana e integral para o desenvolvimento da EPT, porque está fundamentado na concepção ética e política de uma sociedade justa, a partir do acesso e democratização do conhecimento, cultura, ciência e do trabalho/tecnologia, capaz de proporcionar condições igualitárias de condições de vida às pessoas.

(R6) “(...) os cursos do IFPR, em seus diferentes níveis, ofertam a formação humana e integral, que não se limita a profissionalização para o mercado. Trata-se de projetos que tem como objetivo o entendimento e a busca da justiça social, o desenvolvimento regional e local, o acesso as formas de produção do conhecimento científico, a autonomia das pessoas e a organização coletiva”.

A formação humana integral faz parte dos princípios pedagógicos assumidos pelos IF's, essa visão educacional é mencionada por 2 (dois) participantes da pesquisa. Essa perspectiva educacional propõe incidir diretamente na dualidade educacional (RAMOS, 2005); (MOURA, 2007) e (SAVIANI, 2007), é uma proposta que tem a preocupação de formar o cidadão antes do profissional, um cidadão com a capacidade de “compreender o processo produtivo e seu papel dentro dele” (PACHECO, 2015, p. 29).

A ES concebe homens e mulheres como seres histórico-sociais, assim como compreende a educação como uma “construção social” em que se encontram envolvidos uma diversidade de sujeitos e práticas que tem como objetivo executar ações que sejam sustentáveis nas “dimensões econômica, ambiental, cultural, política e social” (BRASIL/SENAES, 2012, s/p). Para alcançar esse objetivo propõe a promoção de atividades que tenha como ponto de partida os problemas reais, onde o ponto de chegada e/ou as soluções, almejem transformações que contribuam para o bem viver da população, defende que quanto mais participação na construção

desse conhecimento, maior validade ele terá para os grupos e comunidades envolvidos, em suma, esse é um pensamento emancipatório de inclusão.

Destarte, a educação em ES tem o trabalho associado e autogestionário como seu princípio educativo para a construção de conhecimentos e de outras relações sociais. Para Singer (2005, p. 19), “a economia solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a economia solidária é praticando-a”. Para o autor é nessa perspectiva que se dá a construção de uma pedagogia do trabalho.

A ES defende a centralidade do trabalho e seu valor estruturante na construção de conhecimentos e de relações, e busca implementar uma educação que seja ao mesmo tempo meio para o fortalecimento da ES, transformadora e emancipatória (II CONAES, 2010), tendo o trabalho como princípio educativo e o direito ao trabalho cooperado e/ou associado como fundamental na construção da cidadania.

(R2) O IFPR tem como opção político-pedagógica a educação progressista, especificamente a Pedagogia Histórico-Crítica, que deve estar presente em todas as suas ações.

(R5) Autonomia, dialogicidade, troca de saberes, valorização do conhecimento tradicional/popular. Educação para a liberdade e para a equidade.

(R7) [...] Está relacionada com a concepção de educação transformadora, que busca a autonomia das pessoas, a partir da participação nas decisões, dos processos metodológicos de autogestão

A visão histórico-crítica, emancipatória e transformadora, foram mencionadas como visão educacional por 3 (três) participantes, 2 (dois) não responderam, 1 (um) afirma que não entendeu a pergunta e ainda outro diz que não promove ações. Assim, apenas 22% dos participantes têm clareza dos princípios pedagógicos assumidos pelos IF's. Uma questão é digna de nota, dos princípios pedagógicos assumidos pelos IF's apenas a educação humana integral foi mencionada.

Retomando o papel da historicidade na educação apresentado por Ciavatta (2005) e Ciavatta e Ramos (2012), a não observação do processo histórico-político envolvido na criação dos IF's pode implicar na perda da visão de totalidade. Para Pacheco (2020) é importante que os fundamentos da proposta político-pedagógica e os princípios pedagógicos sejam debatidos, socializados entre os trabalhadores da instituição para que todos possam ter acesso e conhecer, caso contrário, corre-se o risco de reproduzir a educação ofertada pela universidade ou se tornar uma escola técnica.

3.2 As ações de Economia Solidária desenvolvidas no Instituto Federal do Paraná

O Comitê de Pesquisa e Extensão (COPE), conforme a Resolução nº 08 de 29 de março de 2010, é o órgão de assessoramento da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão é a principal ferramenta de gerenciamento dos projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Dentre outras atribuições, o COPE tem a função de cadastrar, apreciar e emitir parecer consubstanciado aos projetos de Pesquisa Aplicada e/ou Extensão apresentados por servidores do campus.

O documento emitido pela Pró- Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação (PROEPI), define Stelaexperta como uma plataforma de Software de Gestão do Conhecimento – Produção Técnico Científica. Funciona como um repositório da produtividade técnica e científica no IFPR, com o objetivo de responder a 4 (quatro) perguntas básicas quem são: as pessoas que produzem, o que produzem, quais os projetos de pesquisa e quais os grupos de pesquisa.

Ambas as plataformas apresentaram inconsistência nos resultados, ora porque o título do trabalho não conseguia deixar claro que a ação realmente era de ES, ora porque repetia títulos resultando em um número de trabalhos que não correspondem a realidade. Assim, o resultado de projetos em andamento apresentados pela plataforma COPE foi de 1006 projetos e a plataforma Stelaexperta apresentou como resultado da busca 618 projetos, para esclarecer se o projeto era mesmo de ES foi necessário realizar a leitura de todos os resumos.

Após a leitura e enquadramento foram contabilizadas 45 ações de ES no IFPR entre o período de 2003 a 2020, sendo que 4 ações ainda estão em andamento. São ações predominantemente de extensão, com o total de 29 (vinte e nove) projetos nesta modalidade, 16 (dezesesseis) projetos de pesquisa, 2 (dois) projetos de outra natureza, 1 (um) projeto de desenvolvimento tecnológico e 1 (um) projeto de ensino.

Na pesquisa não foi possível conhecer as ações na modalidade FIC do IFPR como um todo, pois estes não são registrados em plataformas institucionais. Assim, a única maneira de conhecer as atividades nessa modalidade é mediante indicação dos entrevistados e somente 1 (um) entrevistado mencionou curso FIC/EJA.

O IF nasceu com o compromisso de contribuir para a construção de uma sociedade democrática e mais justa socialmente, para concretizar esse projeto afirma a necessidade de ser uma escola ligada ao mundo do trabalho (PACHECO, 2015). A proposta político-pedagógica dos IF's é ofertar uma educação que possibilite que o educando seja sujeito da própria história. E a ES reconhece a prática social como

produtora de conhecimento, compreende que o conhecimento é construído socialmente, enquanto processo que vem sendo acumulado de geração em geração, ou seja, é na prática social que se produz conhecimento.

Neste sentido, é possível observar semelhanças entre a concepção de educação defendida pelos IF's e as orientações educacionais e projeto de sociedade do movimento de economia solidária.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação buscou elementos teóricos para compreender a concepção de educação defendida pelo IFPR e a educação na perspectiva de construção de um projeto de sociedade almejada pelo Movimento de Economia Solidária (MES), analisando a contribuição do IFPR, na formação e também para a formação dos trabalhadores da ES.

O modelo educativo dos IF's apresenta semelhanças significativas com as diretrizes educativas do MES, destaca-se a proposta de educação para emancipação e a formação humana integral, tendo o trabalho como princípio educativo. Tais semelhanças permitem propostas formativas para o MES com articulação entre teoria e prática.

Dessa forma, concluímos que os resultados obtidos com nossa análise revelam convergência em relação as diretrizes e os princípios pedagógico, e, confirmam a presença de ações de ES no IFPR. No entanto, o que verificamos é que as experiências nesse sentido ainda são pouco desenvolvidas na perspectiva quantitativa.

Em relação a visão de educação, ela parece não estar muito clara para os participantes, sendo que apenas 22% dos participantes mencionaram um princípio pedagógico do IF, o da formação humana integral, enquanto, o princípio educativo do trabalho não apareceu nas respostas apresentadas.

Há porém, em relação as ações, dificuldades no armazenamento dos dados, desconhecimento das ações por parte dos gestores, o que pode contribuir para a baixa contribuição para consolidação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs), sendo este um ponto a ser melhor compreendido, no sentido de entender o motivo do desconhecimento. Além da dificuldade relacionada, as informações sobre cursos FIC, porque as informações estão armazenadas de forma física e o conhecimento das mesmas estão restritas a quem a executou e ao gestor.

Neste sentido, outros caminhos de pesquisa com o objetivo de promover uma educação não neutra se apresentam e podem contribuir no sentido de clarificar as fragilidades e definir rumos mais proeminentes nessa perspectiva.

REFERÊNCIAS

ANDRADA, Cris F. & Esteves, Egeu G. **Sonho, história, loucura? Economia Solidária: um movimento de resistência no mundo do trabalho**. In: E. F. Rasera, M. S. Pereira e D. Galindo (Orgs.) Democracia Participativa, Estado e laicidade: Psicologia Social e enfrentamentos em tempos de exceção. Porto Alegre: Abrapso, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em 22 nov de 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 dez. 2008.

_____. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. Brasília, DF, 2010.

_____. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). **Resolução no 04, de 04 de JULHO de 2012**. Plano Brasil Justo e Solidário: agenda transversal PPA 2012–2015. Brasília: 2012. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3CB58904013CB5B930233D49/RESOLUCAO%204%20WEB.pdf>>. Acesso em: 01 Mar. 2014.

BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei PL 4685/2012**. Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os Empreendimentos Econômicos Solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138>>. Acesso em: 01 Mar. 2020.

CATTANI, Antonio David. **Construindo a outra economia**. In: Dicionário internacional da outra economia / Pedro Hespanha...[et al.]. – (CES). São Paulo. Janeiro de 2009.

ClAVATTA, Maria. Ensino Integrado, a Politécnica e a Educação Omnilateral: por que lutamos? Revista Trabalho & Educação, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/7693/5935_>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRABOWSKI, Gabriel; KUENZER, Acácia Zeneida. **A produção do conhecimento no campo da Educação Profissional no regime de acumulação flexível**.

Holos, v. 6, p. 22–32, 2016. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4983>>.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, vol 2: Os intelectuais. O princípio educativo.** Jornalismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IESOL, **Projeto fortalecimento da economia solidária nos campos gerais.** Disponível em: <https://iesol.webnode.com/projetos/>.

LISBOA, A. M. **Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. IRAE – revista de administração de empresas**, vol. 45, n.º 3; São Paulo Fundação Getúlio Vargas, ju./set., p. 110, 2005.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social, 2** [recurso eletrônico] / tradução Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2013.

MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração.** Revista Holos, Ano 23, Vol. 2 – 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 19 de jul 2021.

MÉZAROS, István. **A educação para além do capital.** 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NOSELLA, Paolo. **Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica.** Revista Brasileira de Educação, v.12, n.34 jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a11v1234.pdf>.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os institutos federais : uma revolução na educação profissional e tecnológica.** – Natal: IFRN, 2010.

_____, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora.** Natal: IFRN, 2015.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do ensino médio integrado.** Disponível em: http://www.iiiep.org.br/curriculo_integrado.pdf . Acesso em 13 out de 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa; HESPANHA, Pedro. **Nota acerca da edição portuguesa.** In: Dicionário internacional da outra economia / Pedro Hespanha... [et al.]. – (CES). São Paulo. Janeiro de 2009.

_____, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Boaventura de Sousa Santos, organizador. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação, Campinas, v.12, n.32, p. 52-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** SP: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. et al. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho. Pedagogia(s) da produção associada**. Ijuí: Unijuí, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/K7JS4VWcQSK99c9bgNswtZg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 de out 2021.

YUNUS, M. **Criando um negócio social – como iniciativas economicamente viáveis podem solucionar os grandes problemas da sociedade**. Editora: Elsevier, Rio de Janeiro, 2010.